



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2020, PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2020.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Castro, Estado do Paraná, no Plenário da Câmara Municipal, as dezessete (17) horas e trinta e dois (32) minutos, a Presidente desta Casa Legislativa ao abrir a presente Audiência Pública, a Presidente desta Casa Legislativa, Maria de Fátima Barth Antão Castro, agradeceu a presença em plenário dos Vereadores Paulo Cesar de Farias, Rafael Casper Rabbers e Dirceu Ribeiro, ao mesmo tempo em que esclareceu aos presentes e aos ouvintes, que devido à Pandemia do Coronavírus COVID-19, que assola o País e o Mundo, e de acordo com o contido na Legislação Federal, Lei nº 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal 13.979/2020, Decreto Federal nº 10.212/2020, Lei Estadual nº 13.331/2020, Decreto Estadual nº 4.320/2020, bem como de acordo com o contido na Declaração da Organização Mundial da Saúde, de trinta e um (31) de janeiro de dois mil e vinte (2020), que considerou o surto de Coronavírus, COVID-19, como situação de emergência em Calamidade Pública e também de acordo com o Plano de Contingência para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus COVID-19, publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, em fevereiro de 2.020, determinou através da Resolução nº 04/2020, publicada em, vinte e nove (29) de abril do corrente, no Diário Oficial do Município, número um mil novecentos e oitenta e dois (1.982), bem como através da Portaria nº 26/2020, publicada em dezoito (18) de março do corrente, edição número um mil novecentos e cinquenta e cinco (1.955) do Diário Eletrônico do Município, que as Sessões Ordinárias e as Audiências Públicas seriam realizadas de forma mista no tocante à participação dos Vereadores, parcialmente presencial e parcialmente virtual, documentos estes nos quais há a menção de que pessoas com mais de sessenta (60) anos e que fazem parte do grupo de risco, devem permanecer em isolamento social. Desse Modo, devido ao fato dos Vereadores Antonio Sirlei Alves da Silva e Herculano da Silva que compõem a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, sendo respectivamente Presidente e Membro desta Comissão, possuírem mais de 60 (sessenta) anos, e portanto, por pertencerem ao grupo de risco, devendo permanecer em isolamento social, já que não existe vacina e nem mesmo medicamento eficaz contra essa enfermidade, determinou que estes Vereadores participariam destas reuniões de forma virtual, através de videoconferência. Em seguida, a Presidente deixou o comando desta audiência pública ao Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, Vereador Antonio Sirlei Alves da Silva, para que conduzisse esta audiência pública, a qual tem o objetivo de proceder à Avaliação do cumpri-

43.





# Câmara Municipal de Castro

## ESTADO DO PARANÁ

O Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, bem como o Vereador Paulo Cesar de Farias, Secretário desta comissão, não fizeram perguntas. Em continuidade, a Presidente conduzindo esta audiência pública, fez algumas considerações ao Secretário Emerson Fadel Gobbo, dizendo haver algumas diferenças de valores, pois a arrecadação até o momento foi de R\$ 86.686.000,00 (oitenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e seis mil reais), e a previsão de arrecadação era de R\$ 90.156.000,00 (noventa milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), tendo destacado que o objetivo quase foi cumprido. Com relação a Impostos disse que a previsão de arrecadação era de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), porém disse que entrou menor valor. Já com relação à previsão com a arrecadação do Imposto sobre Veículos Automotivos (IPVA), disse que a previsão de arrecadação era de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), tendo ocorrido entradas no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). No tocante aos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para os quais a previsão era de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), os valores da entrada foram em torno de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). No item Transferência Patrimonial ouve um decréscimo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Referente à arrecadação com prestação de serviços a previsão de arrecadação seria de R\$ 63.874.000,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil reais), houve a entrada de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais). Nas Receitas de Capital a previsão era de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), havendo neste item o valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) a mais, tendo o Secretário Gobbo explicado a Presidente que se trata de Operação de Crédito pelo Poder Executivo Municipal junto ao FINISA (Financiamento à Infraestrutura e do Saneamento), que este valor não era previsto para este quadrimestre, disse que a verba desse empréstimo se resume no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) para pavimentação, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a construção de novo terminal rodoviário e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para aquisição de equipamentos, que este ano se solicitou a liberação de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que o valor referente à pavimentação vai ser usado ainda. A Presidente mencionou o item Transferências Correntes, cuja previsão era de R\$ 63.874.000,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil reais), havendo a arrecadação real de R\$ 62.808.000,00 (sessenta e dois milhões, oitocentos e oito mil reais), havendo um déficit no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) entre o valor previsto e o valor real arrecadado. No tocante às Despesas Correntes, a Presidente mencionou que a previsão de arrecadação era de R\$ 42.400.400,00 (quarenta e dois milhões e quatrocentos mil reais), que foi arrecado o valor de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) e, que juros e encargos da dívida ficaram no montante de R\$ 863.000.000,00 (oitocentos e sessenta e três mil reais). A Presidente reafirmou que há diferenças entre a previsão de arrecadação e os valores realmente arrecadados. A Servidora do Executivo Municipal, Economista, Dulceléia Ana Reis disse que o que é liquidado trata-se de material entregue, que há valores não liquidados referentes à materiais não entregues. O Secretário Gobbo disse que no próximo quadrimestre esses valores irão aparecer. Com relação aos valores

*[Handwritten signature]*



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

do FUNDEB a Presidente disse que há diferença de valores. A Economista Dulceléia Ana Reis, Servidora da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, disse que o valor orçado é para quatro (04) meses, que há superávit, que esses valores não entram no orçamento mas se gasta na receita. A Presidente prosseguiu em sua fala dizendo que o Transporte Escolar com a ocorrência da Pandemia de COVID-19 não está sendo feito, que a previsão de arrecadação era de R\$ 125.543,00 (cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e três mil reais) e que foi arrecadado o valor de R\$ 35.818.000 (trinta e cinco milhões, oitocentos e dezoito mil reais). A Servidora Dulceléia Ana Reis disse que esse valor equivale ao valor arrecadado em quatro (04) meses, que o valor de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) não foi dividido em quatro (04) meses, que para cada quatro (04) meses equivale o valor de R\$ 41.847,000,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), sendo que o arrecadado foi o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), havendo um déficit de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). A Presidente também falou sobre os Recursos Livres, tendo a Servidora Dulceléia Ana Reis dito que os Recursos Livres as vezes são usados para pagar vencimentos de professores, quando a arrecadação é menor, o que ocorreu neste mês de maio, devido ao fato da arrecadação ter sido menor, devido à pandemia. A Presidente mencionou o fato de que no tocante aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) há um decréscimo nos quatro (04) meses e indagou ao Secretário como ficará a reposição salarial dos servidores, que possui o valor de três vírgula trinta e um por cento (3,31%). O Secretário Gobbo disse que este assunto está em estudo, que o contexto atual exige sacrifício dos servidores, que no ano passado em que a situação era melhor foi feito a reposição salarial em dobro, no valor de oito por cento (8%), quando o valor legal era de quatro por cento (4%). Disse haver uma sinalização para não haver esta reposição, que prevê dificuldade e, que se houver necessidade vai haver corte em investimentos, a não ser que se tratem de investimentos de operação de crédito. A Presidente mencionou o valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) na área da Saúde. A Servidora Dulceléia Ana Reis disse que despesas de saúde não foram computadas totalmente, disse que esses valores entram com o Código 494 – Bloco de Custeio da Saúde, não entrando no valor de quinze por cento (15%) exigido constitucionalmente, percentual esse que se refere a recursos do Município. A Presidente, em seguida, deixou a palavra ao Vereador Rafael Casper Rabbers, para eventuais questionamentos. O Vereador Rafael indagou ao Secretário Gobbo se o Município vai usar todo o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do empréstimo junto ao FINISA, tendo o Secretário Gobbo dito que sim. Este Vereador perguntou ao Secretário sobre Transferências de Capital no valor de cerca de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), tendo o Secretário dito que esse valor se refere à repasse através de emenda parlamentar. Este mesmo Vereador disse pensar existir um erro no tocante aos valores da saúde e educação, pois o contido no resumo apresentado menciona que R\$ 2.500,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) como valor para Educação, área em que o valor percentual exigido constitucionalmente é de vinte e cinco por cento (25%) e o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para a Saúde, cujo valor percentual exigido constitucionalmente é de quinze por cento (15%). A Servidora Dulceléia Ana Reis se comprometeu em averiguar o erro e repassar o valor correto para esta Casa

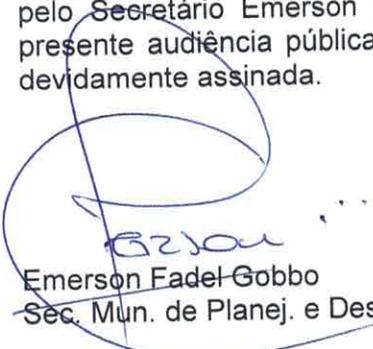
*[Handwritten signatures and initials]*



# Câmara Municipal de Castro

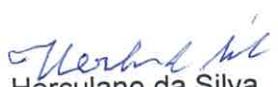
## ESTADO DO PARANÁ

Legislativa amanhã. O Vereador Rafael indagou ao Secretário sobre como está o planejamento no tocante ao impacto na arrecadação no item Despesas de Pessoal. O Secretário disse haver uma preocupação com o pagamento dos vencimentos dos servidores, destacando que o impacto financeiro é inevitável, que nos meses de fevereiro e março a Prefeitura permaneceu fechada devido à pandemia, que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) relativo à quota parte do Estado e demais repasses irão diminuir. O Vereador Rafael perguntou sobre a arrecadação do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana). O Secretário Gobbo disse que o pagamento deste imposto se iniciará a partir de nove (09) de julho do corrente, disse que se estivesse iniciado em abril a apresentação dos números deste imposto seriam melhores. O Vereador Rafael perguntou sobre o reajuste deste imposto ao Secretário. O Secretário Gobbo disse que o reajuste será somente o inflacionário, e será em torno do valor de três vírgula quarenta e três por cento (3,46%). Após as perguntas formuladas pelo Vereador Rafael, a Presidente fez uma última pergunta ao Secretário Gobbo, se o Executivo está pensando em fazer o Programa Recuperação Fiscal (REFIS). O Secretário disse que o Executivo está pensando em fazer esse programa sim, que até mesmo está sendo contratado um serviço para fazer este programa, tendo destacado de que os recursos obtidos com o REFIS serão usados em folha de pagamento. Após, a Presidente concedeu a palavra ao Vereador Dirceu Ribeiro, o qual não fez perguntas. Ao final, concedeu a palavra aos cidadãos presentes e, nenhum cidadão presente manifestou-se. Não havendo nada mais a tratar, a Presidente desta Casa Legislativa, Maria de Fátima Barth Antão Castro, agradeceu a presença e a explanação feita pelo Secretário Emerson Fadel Gobbo, bem como a presença de todos, encerrando a presente audiência pública e determinando que fosse lavrada sua respectiva ata, que vai devidamente assinada.

  
Emerson Fadel Gobbo  
Sec. Mun. de Planej. e Desenv. Urbano

  
Maria de Fátima B. A. Castro  
Pres. da Cam. Mun. de Castro

  
Paulo Cesar de Farias  
Sec. da C.F.O

  
Herculano da Silva  
Membro da C.F.O  
Presença de acordo  
com Res. nº 04/2020

  
Antonio Sirlei Alves da Silva  
Pres. da C.F.O  
Presença de acordo  
com Res. nº 04/2020